

1999, um ano difícil

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS*

Ao terminar a reunião do FMI/Bird, o ministro Pedro Malan disse que o ano de 1999 vai ser muito ruim. O presidente Fernando Henrique, reeleito, auspiciosamente, para um segundo mandato (1999 a 2002), vai ter que enfrentar os obstáculos mais difíceis que confronta, hoje, a economia brasileira, convivendo com um profundo desequilíbrio estrutural no Balanço de Pagamentos e um crescente e assustador déficit no setor público.

Se a situação da economia brasileira já era difícil, tornou-se ainda mais grave com o aprofundamento da crise asiática em outubro de 1997 e a moratória da Rússia em agosto último. E não pararam aí os efeitos negativos da crise. Confirmando as preocupações sobre o que todos temiam, os abalos financeiros estão chegando à Europa e aos Estados Unidos, dentro do quadro de especulações que começou nas Bolsas de Valores e se estendeu aos mercados cambiais, envolvendo as maiores instituições financeiras mundiais. Uma única instituição americana, através da qual operavam grandes bancos internacionais, especializou-se em operações especulativas de alto risco e teve que receber empréstimo de emergência de US\$ 3,5 bilhões, para cobrir a queda em seus ativos de US\$ 100 bilhões. O Japão tem sido o palco mais recente dessas especulações: no primeiro momento, os operadores levantaram grandes somas de ienes, a juros baixíssimos, para comprar dólares, fazendo com que as cotações che-

gassem a 147 ienes por dólar; no momento seguinte, esses mesmos operadores começaram a vender os T-Bonds dos Estados Unidos, que caem de preço, e usam os dólares para resgatar os empréstimos em iene. Resultado: o iene derrubou o dólar e voltou ao nível de 116, em apenas 15 dias.

A volatilidade das bolsas está ameaçando o comércio internacional e a produção mundial e já são claros os primeiros sinais de uma recessão generalizada. O Brasil está pagando, hoje, o preço de sua ingenuidade, ao escancarar as portas da economia nacional, sem contrapartida, sem possuir mecanismos de defesa contra os aventureiros internacionais. Somente agora, será possível construir um cinturão de segurança contra a especulação.

Ao que tudo indica, o Brasil vai ser o país pioneiro na construção de um novo esquema de apoio preventivo, a ser configurado em acordo a ser firmado com o FMI, com a participação do Banco Mundial e do BID. O governo vai adotar todas as providências possíveis para equacionar os problemas da área externa, exceto alterar a política cambial.

Na área interna, prevê-se um aumento de impostos de cerca de R\$ 10 bilhões e um corte de despesas de R\$ 32 bilhões. O corte das despesas deverá recair principalmente sobre os investimentos e outros custeios, em cerca de R\$ 10 bilhões, e sobre a conta dos juros, que deverão ser reduzidos de R\$ 64 bilhões em 1998 para R\$ 44 bilhões em 1999. Assim, com um superávit primário do setor público da ordem de 2,5% do PIB, poder-se-ia reduzir o déficit nominal de R\$

64 bilhões neste ano, para R\$ 22 bilhões no ano próximo. Para que esse programa seja realizado, é preciso que os juros caiam de 7,5% do PIB para 5%, basicamente uma redução da taxa média de 22% nos 12 últimos meses para cerca de 15% no próximo ano. Não se mencionou, até agora, a possibilidade de realizar parte desse ajuste fiscal com emissões de moeda.

Na área externa, o objetivo é menos ambicioso e vai depender mais do mercado do que do governo. As exportações poderão cair de 2% a 3% e as importações de 9% a 10%. Com isso, estima-se reduzir o déficit em Transações Correntes de US\$ 31 bilhões, neste ano, para R\$ 26,5 bilhões em 1999, para cuja cobertura conta-se com o ingresso de investimentos diretos, inclusive privatizações, da ordem de US\$ 23 bilhões, segundo o ministro Pedro Malan. Se as linhas de crédito bancário puderem ser mantidas, assim como a rolagem de parte das amortizações, restaria um déficit de cerca de US\$ 10 bilhões, a ser coberto pelo FMI, outros financiamentos ou mediante perda de reservas.

Paralelamente, o governo, com o decidido apoio do Congresso, deverá empenhar-se na aprovação de duas reformas básicas, a da Previdência Social e a do sistema tributário. Apesar do sacrifício, tudo indica que valerá a pena se, realmente, as taxas de juros puderem ser drasticamente reduzidas. Porque esse será, certamente, o primeiro passo para sair da crise e iniciar a recuperação econômica.

*Presidente da Confederação Nacional do Comércio